Projeto de Lei Complementar

Protocolo: 8317 / 2021 **- Data e Hora:** 05/11/2021 17:03
Tipo: Projeto **- Subtipo:**
Remetente: Prefeito Municipal
Destino:

Assunto: "ALTERA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, ESTABELECE REGRAS DE TRANSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Catia Cilene de Souza

MENSAGEM Nº 069 /2021

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____/2021

"ALTERA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, ESTABELECE REGRAS DE TRANSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

73A12594A10DE215F45C27FF35938857D

TÍTULO ÚNICO

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS E CONCEITOS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre alterações do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de São José, incluídas suas autarquias e fundações.

Art. 2º. O Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José possui caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

MENSAGEM Nº 069 /2021

Parágrafo único. O rol de benefícios do RPPS de São José fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Art. 3°. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I – acidente em serviço: o ocorrido no exercício do cargo que se relacione, direta ou indiretamente com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda permanente da capacidade para o trabalho;

II – beneficiário: o segurado ou o seu dependente, em gozo de benefício especificado nesta Lei Complementar;

III – cargo efetivo: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades específicas, definidas na legislação municipal, cometidas a servidor aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos;

IV – carreira: a sucessão de cargos efetivos, estruturados em níveis e graus segundo sua natureza, complexidade e grau de responsabilidade, de acordo com plano legalmente definido;

V – dependência econômica: a situação em que determinada pessoa vive às expensas do segurado, em razão da inexistência ou da insuficiência de recursos para o sustento próprio;

VI – dependente: o elegível pelo segurado aos benefícios previdenciários, segundo as condições previstas nesta Lei Complementar;

VII – ente federativo: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

VIII – equilíbrio atuarial: a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e as obrigações projetadas em longo prazo, apurada de forma atuarial;

IX – equilíbrio financeiro: a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS de São José;

X – insuficiência de recursos: a renda familiar bruta mensal igual ou inferior ao valor do salário mínimo;

XI – pensão por morte: o benefício previdenciário pago aos dependentes após a morte do segurado;

XII – pensionista: o dependente do segurado em gozo do benefício de pensão por morte;

XIII – plano de benefícios: o conjunto de regras definidoras dos benefícios de natureza previdenciária do RPPS de São José;

XIV – proventos: o valor pecuniário devido ao segurado inativo;

XV – recursos previdenciários: as contribuições e quaisquer valores, bens, direitos e ativos vinculados ao RPPS de São José e seus rendimentos;

XVI – Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de São José: o sistema de previdência estabelecido no âmbito municipal, que assegure, por lei, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos na Constituição Federal;

73A12594A10DE215F45C27FF35938657D

MENSAGEM Nº 069 /2021

XVII – remuneração: o valor constituído pelo vencimento do cargo e pelas vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, incluídos os adicionais de caráter individual e as vantagens pessoais permanentes;

XVIII – remuneração de contribuição ou salário de contribuição: o valor sobre o qual incidem as alíquotas das contribuições previdenciárias;

XIX – segurado: o servidor ocupante de cargo efetivo, o servidor abrangido pelo art. 19 do ADCT da Constituição Federal, o servidor admitido até 5 de outubro de 1988 que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição de estabilidade no serviço público, desde que regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e o inativo, participantes do RPPS de São José;

XX – subsídio: o estipêndio fixado em parcela única, ao qual é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;

XXI – tempo de efetivo exercício no serviço público: o tempo de exercício de cargo, função ou emprego público, ainda que descontínuo, na Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos entes federativos, bem como o tempo de exercício de mandato eletivo; e

XXII – unidade gestora: a entidade integrante da estrutura administrativa do Município que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS de São José, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

73A12594A10DE215F45C27F35938570

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 4°. A concessão de aposentadoria ao servidor público municipal vinculado ao RPPS de São José e as pensões por morte devidas aos seus dependentes, bem como o cálculo e reajustamento dos benefícios dar-se-ão de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos.

Art. 5°. É proibida a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes, que não decorra da instituição de regime de previdência complementar ou que não seja prevista em lei que extinga o Regime Próprio de Previdência de São José.

Parágrafo único. Não se aplica a disposição do *caput* às complementações de aposentadorias ou de pensões concedidas até a vigência da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

MENSAGEM Nº 069 /2021

Art. 6°. Instituído o regime de previdência complementar previsto pelo artigo 40, § 14, da Constituição Federal, o valor das pensões e aposentadorias concedidas pelo RPPS de São José será limitado ao teto máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Parágrafo único. A disposição do *caput* se aplicará aos servidores efetivos que ingressarem no serviço público do município de São José após a vigência do regime de previdência complementar.

Art. 7° A concessão, a fixação de proventos, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários obedecerão às normas previstas nesta Lei Complementar, ressalvados os casos dispostos no art. 64 desta Lei Complementar.

§ 1º. A concessão do benefício previdenciário vigorará a partir da data de vigência especificada no respectivo ato, independente da data da publicação, exceto no caso de concessão de aposentadoria compulsória.

§ 2º. O ato de concessão do benefício previdenciário será publicado no órgão de imprensa oficial e encaminhado pela unidade gestora ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para exame e registro.

§ 3º. O ato que conceder o benefício indicará, dentre outros dados que se mostrem necessários, o fundamento legal do ato, o percentual em relação ao tempo de contribuição, no caso de benefício proporcional, e o regime a que ficará sujeita a revisão ou atualização dos proventos e das pensões por morte.

§ 4º. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, suas autarquias e fundações, bem como seus servidores deverão atender às requisições da São José Previdência, subsidiando as respostas com informações, processos administrativos e outros documentos que se fizerem necessários.

Art. 8°. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, fica vedada a percepção de mais de 1 (uma) aposentadoria à conta do regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no RGPS.

Art. 9°. Os proventos de aposentadoria e a cota familiar inicial de pensão por morte não poderão ser fixados em valor inferior ao salário mínimo nacional.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo às cotas individuais de pensão por morte, quando houver mais de um dependente habilitado.

73A12594A10DE215F45C27FF35938857D

MENSAGEM Nº 069 /2021

Art. 10. O titular do benefício previdenciário deverá comunicar quaisquer eventos que importem em seu cancelamento, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da sua ocorrência.

Parágrafo único. Em caso de óbito do titular, a comunicação deverá ser efetuada por seus sucessores no prazo estipulado no *caput* deste artigo.

Art. 11. Compete ao requerente ou titular do benefício previdenciário apresentar a documentação exigida pelo RPPS de São José, para fins de concessão ou manutenção do benefício, sob pena de suspensão imediata do seu pagamento.

§ 1º. O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de alienação mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela.

§ 2º. A pensão por morte devida ao dependente incapaz em virtude de alienação mental somente será paga ao seu tutor ou curador, judicialmente designado, conforme previsto em regulamento.

Art. 12. O recebimento indevido de benefícios previdenciários ou a ausência de quitação de contribuição previdenciária importa na obrigação de o beneficiário restituir o total auferido ao RPPS de São José, devidamente atualizado, em parcelas mensais não excedentes a 30% (trinta por cento) dos proventos ou da pensão por morte, mediante prévia notificação ao beneficiário, respeitados o contraditório e a ampla defesa antes do efetivo desconto.

§ 1º. A atualização aplicável às devoluções ao RPPS de São José observará o previsto no art. 63 desta Lei Complementar.

§ 2º. Os casos de fraude, dolo ou má-fé, devidamente comprovados, implicarão na devolução, em parcela única, do valor auferido, devidamente atualizado na forma do art. 63 desta Lei Complementar, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 3º. Na ocorrência de uma das hipóteses legais de cessação do benefício, fica autorizado o desconto integral do valor remanescente do débito, quando do pagamento do último benefício.

§ 4º. Na impossibilidade de restituição de débitos na forma prevista no *caput* deste artigo, os valores devidos serão inscritos em dívida ativa.

Art. 13. Poderão ser descontados dos benefícios previdenciários:

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

I – as contribuições e valores devidos ao RPPS de São José pelos beneficiários, quando for o caso;

II – as restituições de valores de benefícios recebidos indevidamente;

III – o imposto de renda retido na fonte, ressalvadas as isenções legais;

IV – a pensão de alimentos decretada por decisão judicial ou fixada por escritura pública, na forma da legislação processual civil;

V – as mensalidades de associações e demais entidades legalmente reconhecidas, desde que autorizadas pelo beneficiário e pelo RPPS de São José; e

VI – outras consignações legalmente previstas.

Parágrafo único. Os débitos de natureza previdenciária e não previdenciária, não quitados pelo segurado, serão devidos pelos beneficiários da pensão por morte, em parcelas equivalentes a 10% (dez por cento) da respectiva pensão, atualizadas na forma do art. 63 desta Lei Complementar, mediante prévia notificação, respeitados o contraditório e a ampla defesa antes do efetivo desconto.

Art. 14. Os direitos e benefícios decorrentes da presente Lei Complementar poderão ser requeridos a qualquer tempo, salvo disposição em contrário, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos.

Art. 15. A habilitação ao benefício previdenciário e o recadastramento anual serão realizados diretamente pelo beneficiário, salvo em caso de justificada ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, hipóteses em que será representado por procurador constituído por instrumento público ou por advogado legalmente constituído.

§ 1º. O beneficiário incapaz, para fins de habilitação e recebimento do benefício previdenciário, deverá ser representado por seus pais, pelo tutor ou pelo curador.

§ 2º. O procurador do beneficiário deverá firmar, perante o RPPS de São José, termo de responsabilidade, por meio do qual se comprometerá a comunicar o óbito do outorgante ou qualquer evento que possa extinguir o mandato ou determinar a perda do direito ao benefício previdenciário, sob pena de incorrer nas sanções penais cabíveis, aplicando sê-lhe o disposto no art. 12 desta Lei Complementar.

Art. 16. O beneficiário do RPPS de São José deve efetuar, obrigatoriamente, o seu recadastramento anual, no mês do seu aniversário, sob pena de suspensão de pagamento do benefício previdenciário.

Art. 17. Os procedimentos relativos ao recadastramento anual e à concessão dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei Complementar serão disciplinados em regulamento da São José Previdência.

73A12594A10DE215F45C27FF35938657D

MENSAGEM Nº 069 /2021

CAPÍTULO III

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Seção I

DOS SEGURADOS

Art. 18. São segurados obrigatórios da São José Previdência os servidores titulares de cargos efetivos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, incluídas suas autarquias e fundações.

§ 1º. A filiação ao RPPS de São José se dá automaticamente a partir da investidura em cargo público efetivo no âmbito do Município de São José.

§ 2º. Na hipótese de acumulação remunerada de cargos, na forma dos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal, o servidor mencionado neste artigo será considerado como segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3º. Permanece filiado ao RPPS de São José, mediante contribuição previdenciária, o segurado que estiver afastado de suas funções, quando:

I – cedido ou à disposição para outro órgão ou entidade da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
II – afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo e de suas funções; ou
III – no exercício de mandato eletivo, nas condições previstas em lei.

§ 4º. Nos casos de afastamento ou de licenciamento do cargo ou das funções exercidas, sem vencimento, remuneração ou subsídio no período compreendido entre a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e 1º de janeiro de 2023, fica facultada a averbação do período correspondente, mediante manifesta opção do servidor em realizar o recolhimento, até a data limite de 1º de junho de 2023.

§ 5º. O recolhimento das contribuições de que trata o § 4º deste artigo compreende as cotas das contribuições previdenciárias do servidor e patronal de que tratam os incisos I e II do *caput* do art. 58 desta Lei Complementar, com incidência da atualização monetária disposta no art. 63 desta Lei Complementar, na forma a ser definida em regulamento da São José Previdência.

73A12594A10DE215F45C27FF3593857D

MENSAGEM Nº 069 /2021

§ 6º. Ressalvada a hipótese do § 4º deste artigo, ficam vedados o recolhimento de contribuição previdenciária e a averbação de tempo de contribuição de servidor licenciado ou afastado do cargo ou da função exercida, sem vencimentos, remuneração ou subsídio.

Art. 19. A perda da condição de segurado do RPPS de São José ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I – morte;
II – ausência ou morte presumida, desde que declarada por sentença transitada em julgado;
III – exoneração;
IV – demissão decorrente de processo administrativo disciplinar;
V – perda do cargo ou da função pública decorrente de decisão judicial transitada em julgado; ou
VI – cassação de aposentadoria.

73A12594A10DE215F45C27FF3598857D

Seção II

DOS DEPENDENTES

Art. 20. São dependentes dos segurados:

I – cônjuge;
II- companheiro;
III – ex-cônjuge ou ex-companheiro que perceba pensão alimentícia;
IV – os filhos não emancipados de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos de idade;
V – os filhos maiores, solteiros, inválidos em caráter permanente para o exercício de toda e qualquer atividade laboral e que vivam sob a dependência econômica do segurado.

§ 1º. O menor sob tutela será equiparado ao filho do segurado desde que, cumulativamente:

I – não seja credor de alimentos;
II – não receba benefícios previdenciários do Município ou de outro sistema de Seguridade Previdenciária, inclusive privado;
III – não receba renda de seus bens, superior a duas vezes a menor remuneração paga pelo Município a seus servidores;
IV – coabite com o segurado, no caso de guarda judicial.

MENSAGEM Nº 069 /2021

§ 2º. A dependência econômica é condição para caracterização da dependência previdenciária e deverá ser exclusivamente em relação ao segurado e comprovada na forma prevista em regulamento da São José Previdência.

§ 3º. Considera-se companheiro a pessoa que mantém união estável com o segurado, nos termos da Lei Civil, para tal considerada, também, a que mantém relação homoafetiva.

§ 4º. A condição de invalidez, prevista no inciso IV do *caput*, caracterizada pela perda total e permanente da capacidade para exercer toda e qualquer atividade laboral, deverá ser atestada por perícia da Junta Médica Oficial, ou por perícia designada pela São José Previdência, e comprovada periodicamente, conforme definido em regulamento da São José Previdência.

§ 5º. A comprovação da união estável e da dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzidas em período não superior a 24 (vinte e quatro) meses antes da data do óbito, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.

§ 6º. Na hipótese da alínea "c" do inciso III do *caput* do art. 47 desta Lei Complementar, a par da exigência do § 5º deste artigo, deverá ser apresentado, ainda, início de prova material que comprove união estável por pelo menos 2 (dois) anos antes do óbito do segurado.

Art. 21. Presume-se a dependência econômica em relação aos:

I – filhos solteiros menores de 21 (vinte e um) anos; e
II – cônjuge e companheiro.

Art. 22. A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I – para o cônjuge:
a) pelo divórcio ou pela separação judicial, ou de fato por mais de 2 (dois) anos, desde que não perceba pensão alimentícia;
b) pela nulidade ou anulação do casamento;
c) pelo divórcio ou pela separação realizados por escritura pública, desde que não perceba pensão alimentícia; ou
d) pela contração de novo casamento ou união estável;
II – para os filhos e enteados, ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválidos nos termos do art. 20, inciso V desta Lei Complementar, ou pela emancipação, ainda que inválido;
III – para o tutelado ao completar 18 (dezoito) anos ou pela emancipação;

73A12594A10DE215F45C27FF39938657D

MENSAGEM Nº 069 /2021

IV – para o companheiro, pela dissolução da união estável ou pela cessação da união de fato, desde que não perceba pensão alimentícia; e

V – para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez ou da dependência econômica;

b) pela morte; ou

c) pela perda da qualidade de segurado por aquele de quem dependem.

Seção III

DA INSCRIÇÃO DOS SEGURADOS E DEPENDENTES

Art. 23. Os segurados e seus dependentes são obrigados a promover a sua inscrição junto à São José Previdência.

§ 1º. A inscrição do segurado será feita simultaneamente com a sua investidura em cargo de provimento efetivo, mediante a comprovação através de documentos hábeis.

§ 2º. A inscrição do dependente é de iniciativa e responsabilidade do segurado a quem incumbe apresentar os documentos comprobatórios da dependência.

§ 3º. O segurado é responsável pela comunicação de fato que importe na inclusão ou exclusão de dependente, bem como pela apresentação dos documentos necessários à sua comprovação.

Art. 24. As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente, por meio de prova inequívoca da condição invocada.

Art. 25. Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito a inscrição de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la para outorga das prestações a que tiverem direito, por meio de prova inequívoca da condição invocada.

Art. 26. O Poder Executivo disciplinará, mediante decreto, a elaboração dos cadastros dos segurados e seus dependentes e pensionistas do RPPS de São José, bem como a inclusão e exclusão de pessoas em cada um desses cadastros.

Seção IV

73A12594A10DE215F45C27FF3593857D

MENSAGEM Nº 069 /2021

DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Art. 27. O regime próprio de previdência social – RPPS do Município de São José compreende as seguintes prestações, expressas em benefícios:

I – quanto ao segurado:
a) aposentadoria voluntária;
b) aposentadoria por incapacidade permanente;
c) aposentadoria compulsória;
II – quanto ao dependente: pensão por morte.

73A12594A10DE215F45C27FF3598857D

Subseção I

DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 28. O segurado será aposentado voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem;
II – 25 (vinte e cinco) anos de contribuição;
III – 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público; e
IV – 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

Art. 29. O segurado titular do cargo efetivo de professor será aposentado voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I – 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;
II – 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio;
III – 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público; e
IV – 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

Parágrafo único. São consideradas funções de magistério as exercidas por servidor detentor de cargo efetivo de Professor no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, nos segmentos da educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e

MENSAGEM Nº 069 /2021

modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógicos.

Art. 30. O segurado com deficiência será aposentado voluntariamente quando preencher os seguintes requisitos:

I – 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;
II – 29 (vinte e nove) anos de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;
III – 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou
IV – 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

73A12594A10DE215F45C27FF35938857D

§ 1º. O segurado com deficiência será aposentado voluntariamente na forma do *caput* deste artigo, quando forem preenchidos os seguintes requisitos cumulativamente:

I – 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público; e
II – 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§ 2º. Considera-se pessoa com deficiência aquela com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 3º. Até que regulamento do Poder Executivo Municipal discipline as deficiências grave, moderada e leve para os fins desta Lei Complementar, ficam elas definidas com base em regulamento do Poder Executivo Federal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 142, de 8 de maio de 2013.

§ 4º. Até que regulamento do Poder Executivo Municipal discipline a matéria, a avaliação da deficiência será médica e funcional, com base em regulamento do Poder Executivo Federal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 142, de 8 de maio de 2013.

§ 5º. O grau de deficiência será atestado por perícia da Junta Médica Oficial ou por perícia designada pela São José Previdência, por meio de instrumentos desenvolvidos para esse fim.

MENSAGEM Nº 069 /2021

§ 6º. A contagem de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência será objeto de comprovação, exclusivamente, na forma desta Lei Complementar.

§ 7º. Se o segurado, após a filiação ao RPPS de São José, tornar-se pessoa com deficiência ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente, nos termos do regulamento a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 8º. A redução do tempo de contribuição prevista neste artigo não poderá ser acumulada, no tocante ao mesmo período contributivo, com a redução assegurada aos casos de atividades exercidas sob condições especiais com efetiva exposição a agentes nocivos.

73A12594A10DE215F45C27FF35938657D

Art. 31. O segurado que exerce atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, será aposentado voluntariamente quando forem preenchidos os seguintes requisitos:

I – 60 (sessenta) anos de idade;
II – 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição;
III – 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público; e
IV – 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§ 1º. Para a concessão da aposentadoria de que trata este artigo, deverão ser observados adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o RGPS, naquilo em que não conflitarem com as regras específicas aplicáveis ao RPPS de São José, vedada a conversão de tempo especial em comum.

§ 2º. Fica vedada a percepção do benefício de aposentadoria prevista neste artigo se o beneficiário permanecer laborando em atividade com efetiva exposição ou a ela retornar, seja essa atividade aquela que ensejou a aposentação precoce ou não.

§ 3º. A concessão do benefício de aposentadoria previsto neste artigo somente será efetivada mediante declaração do servidor de que não permanecerá exercendo atividade especial com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes com qualquer outro vínculo ou de que a ela não retornará.

§ 4º. A São José Previdência, quando tiver conhecimento de que o segurado inativo, aposentado por exercer atividade especial com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes,

permaneceu ou retornou à atividade nociva, determinará a instauração de processo administrativo competente para apuração dos fatos, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

§ 5º. Nos casos em que for comprovada a permanência ou retorno do segurado à atividade nociva, a São José Previdência notificará o servidor para que retorne ao exercício do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 6º. A recusa do segurado em retornar à atividade do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria acarretará o cancelamento do benefício previdenciário até que cesse a exposição, sendo devido o ressarcimento dos proventos percebidos indevidamente durante o período em que permaneceu exercendo referida atividade especial.

73A12594A10DE215F45C27FF35938557D

Subseção II

DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO

Art. 32. O servidor que for considerado incapaz para o exercício do cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, será aposentado por incapacidade permanente, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

§ 1º. Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, a aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho dar-se-á em relação a todos os cargos ocupados.

§ 2º. A aposentadoria por incapacidade permanente será precedida de licença para tratamento de saúde e dependerá de laudo médico-pericial circunstanciado emitido por perícia da Junta Médica Oficial, ou por perícia designada pela São José Previdência, no qual constará o código da doença, conforme Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e de declaração de incapacidade permanente, observado o seguinte:

I – a licença para tratamento de saúde será concedida por até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período, mediante manifestação de perícia médica oficial;

MENSAGEM Nº 069 /2021

II – expirado o período máximo de licença para tratamento de saúde e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o segurado considerado incapaz será aposentado por incapacidade permanente; e

III – o período compreendido entre o término da licença para tratamento de saúde e a publicação do ato de aposentadoria por incapacidade permanente será considerado como prorrogação da licença.

§ 3°. No laudo médico-pericial circunstanciado e na declaração de incapacidade permanente, deverá ser atestada pela Junta Médica Oficial a impossibilidade do exercício de atividades em cargos com atribuições afins, existentes no Poder ou Órgão de origem, respeitados a habilitação e o nível de escolaridade exigidos e mantida a remuneração do cargo de origem.

§ 4º. A avaliação médica para verificação da continuidade das condições que ensejaram a aposentação terá periodicidade mínima de 2 (dois) anos e máxima de 5 (cinco) anos, limitada à idade máxima de 65 (sessenta e cinco) anos, conforme definido em regulamento próprio.

§ 5º. Verificada a insubsistência dos motivos que causaram a incapacidade laboral, cessar-se-á o benefício de aposentadoria por incapacidade permanente, sendo o segurado revertido ao serviço público ou posto em disponibilidade, nos termos da lei.

§ 6º. Em caso de doença que impuser afastamento compulsório atestada em laudo médico-pericial conclusivo, emitido por perícia da Junta Médica Oficial, ou por perícia designada pela São José Previdência, a aposentadoria por incapacidade permanente independerá de licença para tratamento de saúde.

§ 7°. A aposentadoria por incapacidade permanente será concedida com base na legislação vigente na data definida em laudo médico-pericial como início da incapacidade total e definitiva ou, na impossibilidade de tal definição, na data da expedição do laudo.

§ 8°. O segurado aposentado por incapacidade permanente não poderá exercer qualquer atividade remunerada, sob pena de suspensão do benefício.

§ 9°. O RPPS de São José, quando, de qualquer forma, tiver conhecimento de que o segurado inativo, aposentado por incapacidade permanente, exerce qualquer atividade remunerada, determinará a instauração de processo administrativo para apuração dos fatos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 10. No caso previsto no § 9° deste artigo, poderá o RPPS de São José determinar que o segurado inativo seja submetido imediatamente à nova avaliação médico-pericial.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC CEP 88.103-790
(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

73A125944A10DE215F45C27FF35938657D

MENSAGEM Nº 069 /2021

§ 11. Havendo recusa do segurado em se submeter à perícia ou em entregar documentação requerida, será determinada a imediata suspensão do pagamento dos proventos.

§ 12. No caso em que a incapacidade laboral permanente do segurado decorrer de doença preexistente ao ingresso no serviço público municipal, inclusive quando resulte de acidente em serviço, de doença profissional ou de doença do trabalho, os proventos de aposentadoria por incapacidade permanente serão calculados na forma do § 4º do art. 49 desta Lei Complementar.

Art. 33. Considera-se acidente em serviço, para os efeitos desta Lei Complementar, aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione direta ou indiretamente com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause incapacidade permanente para o trabalho.

§1º. Equipara-se a acidente em serviço, o sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço, quando:

I – o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a perda da capacidade para o trabalho do segurado;
II – a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo ou da função, que não seja imunopreveníveI ou passível de profilaxia pós exposição;
III – na realização de serviço relacionado ao cargo ou função;
II – na prestação espontânea de serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito, mediante autorização expressa do superior;
III – em viagem a serviço quando financiada pelo Município de São José, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
IV – no percurso da residência para o local de trabalho ou dele para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 2º. Para fins deste artigo, a recusa ou uso inadequado de equipamento de proteção individual não enseja a caracterização de acidente de trabalho.

Art. 34. Para fins do cálculo disposto no § 5º do art. 49 desta Lei Complementar, consideram-se doenças graves:

I – alienação mental;
II – cardiopatia grave;
III – cegueira bilateral posterior ao ingresso no cargo;
IV – doenças decorrentes de exposição à radiação;
V – doença de Alzheimer;
VI – doença de Parkinson;

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC CEP 88.103-790
(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

VII – espondiloartrose anquilosante;
VIII – doença de Paget – osteíte deformante grave;
IX – hanseníase;
X – hepatopatia grave;
XI – nefropatia grave;
XII – neoplasia maligna;
XIII – paralisia irreversível;
XIV – síndrome da imunodeficiência adquirida; e
XV – tuberculose com sequelas graves.

Parágrafo único. Para a concessão do benefício, as doenças referidas neste artigo devem gerar, cumulativamente, incapacidade permanente para o trabalho e a impossibilidade de readaptação e de retorno do segurado à atividade laboral.

73A12594A10DE215F45C27FF3593857D

Subseção III

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 35. O servidor ocupante de cargo efetivo dos Poderes Legislativo e Executivo e das Autarquias e Fundações Públicas Municipais será aposentado compulsoriamente aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1°. A compulsoriedade de que trata o *caput* deste artigo observará as regras previstas no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.

§ 2°. O ato de aposentadoria terá vigência a partir do dia imediato àquele em que o segurado atingir a idade-limite prevista no *caput*.

§ 3°. O retardamento do decreto que declarar a aposentadoria não impedirá que o servidor se afaste do exercício no dia imediato que atingir a idade limite.

Subseção IV

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA

Art. 36. O segurado ocupante de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público até a data da publicação desta Lei Complementar poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

MENSAGEM Nº 069 /2021

I – 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º deste artigo;

II – 30 (trinta anos) de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;

IV – 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

V – somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 87 (oitenta e sete) pontos, se mulher, e 97 (noventa e sete) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º. A partir de 1º de janeiro de 2024, a pontuação de que trata o inciso V do *caput* deste artigo será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 95 (noventa e cinco) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.

§ 2º. A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos de que tratam o inciso V do *caput* e o § 1º deste artigo.

§ 3º. Para o titular do cargo efetivo de professor que comprovar tempo de efetivo exercício das funções de magistério exclusivamente na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo serão:

I – 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem;

II – 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem, exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 4º. Para os segurados de que trata o § 3º deste artigo, o somatório de que trata o inciso V do *caput* deste artigo, incluídas as frações, deverá ser equivalente a 77 (setenta e sete) pontos, se mulher, e 87 (oitenta e sete) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de 1º de janeiro de 2024, 1 (um) ponto a cada ano, até atingir o limite de 90 (noventa) pontos, se mulher, e de 95 (noventa e cinco) pontos, se homem.

§ 5º. Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos deste artigo corresponderão:

I – à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no art. 37 desta Lei Complementar, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo por meio de concurso público até 31 de dezembro de 2003; ou

II – ao valor apurado na forma do § 5º do art. 49 desta Lei Complementar para o servidor público não contemplado no inciso I deste parágrafo.

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

§ 6º. Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos deste artigo serão reajustados:

I – de acordo com o disposto no art. 51 desta Lei Complementar, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 5º deste artigo, observado o disposto no inciso XI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal; ou

II – de acordo com o disposto no art. 50 desta Lei Complementar, na hipótese prevista no inciso II do § 5º deste artigo.

§ 7º Os proventos de aposentadoria de que trata o inciso I do § 5º deste artigo não poderão ser concedidos com valor superior ao da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

Art. 37. Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no inciso I do § 5º do artigo 36 ou no inciso I do § 2º do art. 38 desta Lei Complementar, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, desde que incorporáveis.

Parágrafo único. Se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária serão observados os seguintes critérios:

I – o servidor deve cumprir 5 (cinco) anos de efetivo exercício na mesma jornada semanal em que irá se aposentar para a percepção de proventos calculados na forma do inciso I do § 5º do art. 36, ou

II – caso esteja há menos de 5 (cinco) anos em efetivo exercício na mesma carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria.

Art. 38. O segurado que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo por meio de concurso público até a data da publicação desta Lei Complementar poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II – 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;

IV – 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

73A12594A10DE215F45C27FF359086 7D

MENSAGEM Nº 069 /2021

V – período adicional de contribuição correspondente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, em 1º de janeiro de 2023, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição de que trata o inciso II do *caput* deste artigo.

§ 1º Para o titular do cargo efetivo de professor que comprovar tempo de efetivo exercício das funções de magistério exclusivamente na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em 5 (cinco) anos.

§ 2º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I – à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no art. 37 desta Lei Complementar, para o servidor que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo, por meio de concurso público até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, e

II – ao valor apurado na forma do § 5º do art. 49 desta Lei Complementar, para os demais servidores públicos.

§ 3º. O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo será reajustado na forma prevista:

I – no art. 51 desta Lei Complementar, observado o disposto no inciso XI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal, se cumpridos os requisitos de que trata o inciso I do § 2º deste artigo; ou

II – no art. 50 desta Lei Complementar, na hipótese de que trata o inciso II do § 2º deste artigo.

§ 4º. Os proventos de aposentadoria de que trata o inciso I do § 2º deste artigo não poderão ser concedidos com valor superior ao da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 5º. No caso de o segurado optar por se aposentar voluntariamente sem haver cumprido todo o período adicional estabelecido pelo inciso V do *caput* e § 1º deste artigo, o valor do benefício de aposentadoria será calculado de maneira proporcional:

I – em relação aos servidores de que trata o inciso I do § 2º deste artigo, na proporção de 1/40 (um quarenta avos) para os servidores públicos em geral e 1/35 (um trinta e cinco avos) para os servidores de que trata o § 1º deste artigo, para cada ano completo de contribuição previdenciária, desconsideradas as frações; e

II – em relação aos demais servidores públicos de que trata o inciso II do § 2º deste artigo, ao valor apurado na forma do § 4º do art. 49 desta Lei Complementar.

73A12594A10DE215F45C27FF3593B57D

MENSAGEM Nº 069 /2021

Art. 39. Para fins de verificação do direito de opção às regras de transição de que tratam os arts. 36 a 38 desta Lei Complementar, quando o segurado tiver sido titular, sem interrupção, de sucessivos cargos efetivos na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional de qualquer dos entes federativos, será considerada como data de ingresso no serviço público a data da investidura ininterrupta mais remota.

Parágrafo único. Fica vedada a aplicação do disposto no *caput* deste artigo ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, vinculados ao RGPS.

Art. 40. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria e pensão por morte, respectivamente, aos segurados e aos seus dependentes que até 31 de dezembro de 2003 tenham cumprido os requisitos para a obtenção desses benefícios com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios, ou nas condições da legislação vigente.

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

Subseção V

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 41. Ao conjunto dos dependentes do servidor ativo ou inativo, quando do seu falecimento, será assegurado o pagamento de pensão por morte.

Art. 42. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do RPPS de São José será equivalente a uma cota familiar de 60% (sessenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente decorrente de acidente de trabalho, doença profissional e doença do trabalho na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º. As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da

MENSAGEM Nº 069 /2021

pensão por morte quando o número de dependentes remanescentes for igual ou superior a 4 (quatro).

§ 2º. Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o *caput* será equivalente a:

I – 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente decorrente de acidente em serviço, doença profissional e doença do trabalho na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do RGPS;

II – uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento), acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do RGPS.

§ 3º. Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no *caput* e no § 1º deste artigo.

§ 4º. O direito à pensão por morte configura-se na data da morte do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente na data do óbito, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

§ 5º. Em caso de falecimento de segurado ativo, a pensão por morte poderá ser calculada com base nos proventos de aposentadoria voluntária cujo direito tenha sido adquirido antes do óbito, desde que resulte em situação mais favorável, sendo reajustada de acordo com o art. 50 desta Lei Complementar.

§ 6º. A condição legal de dependente, nos termos previstos nesta Lei Complementar, é aquela verificada na data do óbito do segurado, sendo que a invalidez ou a alteração das condições supervenientes à morte deste não darão direito à pensão por morte.

§ 7º. Para fins de aplicação das cotas previstas no *caput* deste artigo, a base de cálculo da pensão por morte não poderá ser superior aos limites fixados no inciso XI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal, além de eventual subteto que vier a ser estabelecido por lei municipal.

§ 8º. Sempre que houver a perda da qualidade de dependente por parte de um dos beneficiários, o valor da pensão por morte será recalculado na forma do disposto no *caput* e no § 1º deste artigo.

§ 9º Em caso de acumulação remunerada de cargos ou proventos, decorrentes das hipóteses previstas na Constituição Federal, falecido o segurado, o cálculo da respectiva pensão por morte será feito separadamente, por cargo ou provento.

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

Art. 43. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º. Será admitida, nos termos do § 2º deste artigo, a acumulação de:

I – pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142, da Constituição Federal;

II – pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142, da Constituição Federal; ou

III – pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142, da Constituição Federal, com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

73A12594A10DE215F45C27FF35938857D

§ 2º. Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I – 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;

II – 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;

III – 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e

IV – 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos.

§ 3º. A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º. As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019.

§ 5º. As regras de acumulação previstas neste artigo são aplicáveis:

I – às pensões instituídas por cônjuge ou companheiro, ex-cônjuge e ex-companheiro e aos demais benefícios dispostos no § 1º deste artigo; e

MENSAGEM Nº 069 /2021

II – às hipóteses em que o fato gerador ou o preenchimento dos requisitos de qualquer dos benefícios seja posterior à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Art. 44. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I – do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes;

II – da data do requerimento, quando houver concorrência pelo benefício ou quando requerida após o prazo previsto no inciso I do *caput* deste artigo;

III – da data do ajuizamento da ação declaratória de morte presumida ou ausência do segurado, reconhecida por sentença judicial transitada em julgado; ou

IV – da data do ajuizamento da ação declaratória do direito do dependente ao recebimento do benefício de pensão por morte, reconhecida por sentença judicial transitada em julgado.

73A12594A10DE215F45C27FF35938857D

Art. 45. O valor da pensão por morte será pago aos dependentes habilitados e rateado em cotas-partes iguais, ressalvada a situação do ex-cônjuge e ex-companheiro que percebam pensão alimentícia fixada judicialmente.

§ 1º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, ou o companheiro que, por decisão judicial, receba pensão de alimentos, fará jus à pensão por morte, no mesmo valor ou percentual daquela, conforme o caso, limitada ao valor da sua cota-parte de rateio com os demais dependentes, e o valor remanescente será dividido em cotas iguais entre os demais dependentes.

§ 2º. Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo ao divórcio, à separação e à dissolução de união estável, realizados por escritura pública, na forma da legislação processual civil, em que tenha sido estipulada pensão alimentícia.

§ 3º. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de possível dependente, e qualquer posterior inclusão ou exclusão de dependente somente produzirá efeitos a partir da data de habilitação.

§ 4º. A alteração da condição do dependente previsto no art. 20, IV, desta Lei Complementar, em gozo de benefício de pensão por morte, por evento de invalidez, dará direito à continuidade do benefício para além da idade estabelecida naquele dispositivo, desde que a invalidez tenha sido caracterizada anteriormente aos 21 (vinte e um) anos.

Art. 46. Ajuizada ação judicial para reconhecimento da condição de dependente:

I – o autor da ação deverá requerer sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte;

MENSAGEM Nº 069 /2021

II – em caso de omissão do autor, o órgão responsável pelo pagamento do benefício procederá de ofício à habilitação provisória, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes;

III – fica vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.

§ 1º. Julgada improcedente a ação prevista no *caput* deste artigo, o valor retido será corrigido pelos índices legais de reajustamento e será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e no tempo de duração de seus benefícios.

§ 2º. Em qualquer caso, fica assegurada ao respectivo órgão Previdenciário a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação.

§ 3º. No caso do art. 19, II, desta Lei Complementar, verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§ 4º. A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da habilitação.

Art. 47. O pagamento da cota individual da pensão por morte cessa:

I – quando ocorrer qualquer das hipóteses de perda da qualidade de dependente, conforme previsto nesta Lei Complementar;

II – pela renúncia expressa;

III – para o cônjuge ou companheiro(a) e para o ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) que percebem pensão alimentícia estabelecida judicialmente:

a) pelo casamento ou união estável;

b) caso a morte do segurado ocorra sem que tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito, após o decurso de 4 (quatro) meses;

c) caso a morte do segurado ocorra depois de vertidas 18 (dezoito) ou mais contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável, depois de transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

73A12594A10DE215F45C27FF359B67D

MENSAGEM Nº 069 /2021

§ 1º. O tempo de contribuição a outros RPPS's ou ao RGPS será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais referidas nas alíneas "b" e "c" do inciso III do *caput*, desde que averbados perante o Município de São José.

§ 2º. Tratando-se de dependente inválido, portador de deficiência intelectual ou mental ou portador de deficiência grave e verificada a cessação da invalidez, o levantamento da interdição ou o afastamento da deficiência, observar-se-ão as seguintes regras:

I – serão respeitados os prazos mínimos das alíneas "b" e "c" do inciso III do *caput* deste artigo, deste artigo, contados da data do óbito do segurado instituidor da pensão;

II – quando o óbito do segurado decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave definida nesta Lei Complementar, serão respeitados os prazos mínimos da alínea "c" do inciso III do *caput* deste artigo, contados da data do óbito do segurado instituidor da pensão, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

§ 3º. Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de 1 (um) ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "c" do inciso III do *caput* deste artigo, em ato do Prefeito, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

Art. 48. Com a extinção da cota do último pensionista, o pagamento da pensão por morte será encerrado e o benefício extinguir-se-á.

Seção V

DO CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 49. No cálculo dos benefícios do RPPS de São José, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social de qualquer ente federativo e ao RGPS ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a:

MENSAGEM Nº 069 /2021

I – 80% (oitenta por cento) das maiores remunerações de contribuição ou salários de contribuição de todo o período contributivo desde a competência relativa ao mês de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, para os segurados que tenham ingressado no serviço público em cargo de provimento efetivo por meio de cargo concurso público até a data da publicação desta Lei Complementar; ou

II – 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, para o segurado que tenha ingressado no serviço público em cargo de provimento efetivo por meio de cargo concurso público após a data da publicação desta Lei Complementar.

§ 1º. A média de que trata os incisos I e II do *caput* deste artigo será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do RGPS para o servidor que ingressou no serviço público em cargo de provimento efetivo por meio de cargo concurso público após a implantação do regime de previdência complementar ou que tenha exercido a opção correspondente, nos termos dos §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal.

§ 2º. Os valores das remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos serão atualizados mensalmente, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerada no cálculo dos benefícios do RGPS.

§ 3º. Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e pelas entidades gestoras dos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, ou por outro documento público, na forma do regulamento.

§ 4º. O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista nos incisos I e II do *caput* e no § 1º deste artigo, com acréscimo de 1 (um) ponto percentual para cada ano completo de contribuição, desconsideradas as frações, limitado a 100% (cem por cento), nos casos dos seguintes dispositivos desta Lei Complementar:

I – art. 28;
II – art. 29;
III – art. 30;
IV – art. 31;
V – art. 32, ressalvado o disposto no inciso I do § 5º do presente artigo;
VI – inciso II do § 5º do art. 38.

§ 5º. O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista nos incisos I e II do *caput* e no § 1º deste artigo nos casos:

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

I – de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de acidente em serviço, de doença profissional, de doença do trabalho ou de doença grave mencionada no art. 34 desta Lei Complementar;

II – previstos no inciso II do § 5º do art. 36 desta Lei Complementar;

III – previstos no inciso II do § 2º do art. 38 desta Lei Complementar.

§ 6º. O valor do benefício de aposentadoria compulsória de que trata o art. 35 desta Lei Complementar corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 (vinte) anos, limitado a 1 (um) inteiro, multiplicado pelo valor apurado na forma do *caput* do § 4º deste artigo, ressalvado o caso de cumprimento de critérios de acesso para aposentadoria voluntária que resulte em situação mais favorável.

§ 7º. Poderão ser excluídas da média de que trata o *caput* deste artigo as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, inclusive para o acréscimo de que trata o § 4º deste artigo, para a averbação em outro regime previdenciário ou para a obtenção dos proventos de inatividade das atividades de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal.

§ 8º. Para os fins do disposto neste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 2º deste artigo, não poderão ser:

I – inferiores ao valor do salário-mínimo nacional; e

II – superiores ao limite máximo da remuneração de contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 9º. Nos casos de aposentadoria compulsória ou por incapacidade permanente, se atendidos os requisitos para aposentadoria voluntária cujos cálculos ou critérios de reajustamento dos proventos sejam mais vantajosos, será garantido direito de opção ao segurado.

Art. 50. Os benefícios da aposentadoria calculados na forma prevista do art. 49 desta Lei Complementar e as pensões por morte concedidas a partir de 31 de dezembro de 2003, ressalvadas as decorrentes do parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, serão reajustados por decreto do Prefeito, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou do índice que vier a substituí-lo.

Art. 51. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do RPPS de São José e as pensões de seus dependentes, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos segurados e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 40

73A125944A10DE215F45C27FF35938670

desta Lei Complementar, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos segurados em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos segurados em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou da função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão por morte.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos proventos de aposentadoria dos segurados do RPPS de São José concedidos na forma dos seguintes dispositivos:

I – arts. 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
II – art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005;
III – inciso I do § 5º do art. 36 desta Lei Complementar;
IV – inciso I do § 2º do art. 38 desta Lei Complementar;

73A12594A10DE215F45C27FF35938857D

CAPÍTULO IV

DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 52. O servidor que, até a data da publicação desta Lei Complementar, tenha cumprido os requisitos para aposentadoria voluntária com base no disposto na alínea "a" do inciso III do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, na redação vigente até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, no artigo 2º, § 1º, ou no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que optar por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

§ 1º. O recebimento do abono de permanência pelo servidor não constitui impedimento à concessão da aposentadoria de acordo com outra regra vigente, desde que cumpridos os respectivos requisitos legais, garantida a opção pela aposentadoria de acordo com a regra de sua livre escolha.

§ 2º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Poder ou entidade ao qual o servidor estiver vinculado.

§ 3º Em caso de cessão de servidor ou de afastamento para exercício de mandato eletivo, o responsável pelo pagamento do abono de permanência será o órgão ou entidade ao qual incumbe o ônus pelo pagamento da remuneração ou subsídio, salvo

MENSAGEM Nº 069 /2021

disposição expressa em sentido contrário no termo, ato, ou outro documento de cessão ou afastamento do servidor.

§ 4º. Cessará o direito ao pagamento do abono de permanência quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo.

§ 5º. O tempo de contribuição utilizado para fins de concessão de abono de permanência ficará automaticamente averbado junto ao Município de São José, sendo vedada a utilização deste mesmo tempo para fins de obtenção de outro benefício previdenciário em qualquer outro órgão ou regime.

§ 6º. No caso de lícita acumulação remunerada de cargos públicos, o abono será devido em razão do cargo no qual o servidor tenha implementado as condições para a aposentadoria.

§ 7º. Não será concedido abono de permanência ao servidor que completar as exigências para obtenção de aposentadoria voluntária após a publicação desta Lei Complementar.

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

CAPÍTULO V

DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 53. Será devida gratificação natalina ao segurado ou dependente, que durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria ou pensão por morte pagos pelo RPPS de São José.

§ 1º. A gratificação de que trata o *caput* deste artigo será paga proporcionalmente ao número de meses de percepção de benefício, calculada à razão de um doze avos por cada mês, e terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano, exceto quando o benefício se encerrar antes desse mês, situação em que o valor da gratificação será o do mês da cessação.

§ 2º. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

CAPÍTULO VI

MENSAGEM Nº 069 /2021

DA REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 54. Entende-se como base da remuneração de contribuição o subsídio do cargo efetivo, em parcela única, o vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, os proventos e as pensões, excluídas:

I – as diárias para viagens;
II – a ajuda de custo;
III – a auxílio-transporte;
IV – o salário-família;
V – o auxílio-alimentação;
VI – as parcelas remuneratórias, não-incorporáveis, pagas em decorrência do local ou condições de trabalho;
VII – a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;
VIII – o abono de permanência;
IX – as demais verbas de natureza indenizatória, não-incorporáveis, previstas em lei;
X – os honorários advocatícios de sucumbência.

§ 1º. Fica vedada a incorporação aos proventos de aposentadoria e pensão de parcelas remuneratórias que não tenham integrado a remuneração de contribuição.

§ 2º. Não se aplica o disposto no § 9º do art. 39 da Constituição Federal a parcelas remuneratórias decorrentes de incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão efetivada até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019.

§ 3º. O valor máximo sobre o qual incidirá a contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) corresponderá ao teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para os servidores que tiverem ingressado no serviço público municipal mediante posse em cargo efetivo:

I – a partir da vigência do Regime de Previdência Complementar (RPC), independentemente se inscritos ou não no plano de benefícios;
II – antes da vigência do Regime de Previdência Complementar (RPC), desde que inscritos no plano de benefícios, na forma de lei complementar.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC CEP 88.103-790
(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

CAPÍTULO VII

DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 55. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os respectivos regimes de previdência se compensarão financeiramente.

Art. 56. Para fins de contagem do tempo de contribuição, é vedada:

I – a contagem de tempo fictício ou em condições especiais;
II – a contagem de tempo de contribuição concomitante no mesmo ou em outro regime de previdência social, salvo nos casos de acumulação lícita; e
III – a conversão de tempo laborado em condições especiais, com os acréscimos previstos em legislação específica, em tempo de contribuição comum.

Art. 57. O tempo de contribuição será averbado mediante certidão original expedida pelo órgão gestor do regime de previdência a que o segurado esteve filiado.

§ 1º. No âmbito do RPPS de São José, somente a São José Previdência poderá emitir certidão de tempo de contribuição de seus segurados.

§ 2º. O tempo de serviço público municipal será comprovado mediante certidão própria.

§ 3º. Fica vedada a averbação do tempo de contribuição previdenciária vertida ao RGPS ou a outro regime próprio de previdência durante o período de licença ou afastamento sem remuneração.

CAPÍTULO VIII

DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Art. 58. A contribuição previdenciária será devida ao RPPS de São José:

73A12694A10DE215F45C27FF35938857D

MENSAGEM Nº 069 /2021

I – pelos segurados, pelos inativos e pelos pensionistas, com alíquota estabelecida em lei, calculada sobre a remuneração de contribuição, observado o § 2º deste artigo; e

II – pelo Poder Executivo, incluídas suas autarquias e fundações, e pelo Poder Legislativo, com alíquota patronal estabelecida em lei, a incidir sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos pertencentes ao Fundo no qual estão vinculados.

§ 1º. A contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas será calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões por morte que superem o limite estabelecido em lei.

§ 2º. Para fins do limite de que trata o § 1º deste artigo, deverá ser considerado o valor do benefício de pensão por morte antes de sua divisão em cotas-parte.

§ 3º. O valor da contribuição previdenciária será rateado entre os pensionistas, na proporção de sua cota-parte.

§ 4º. Nas ações judiciais, ainda que a São José Previdência não seja parte no feito, a contribuição previdenciária, quando devida, deverá ter sua retenção determinada pelo Juízo, para imediato repasse à São José Previdência, independentemente de sua solicitação, competindo à autarquia a destinação ao fundo respectivo.

§ 5º. A contribuição previdenciária incide sobre a gratificação natalina.

§ 6º. As contribuições previdenciárias dos segurados que ingressarem no serviço público de São José a partir da data de vigência do seu regime de previdência complementar, assim como as respectivas contribuições previdenciárias patronais, incidirão apenas sobre a parcela da remuneração de contribuição que não exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

Art. 59. No caso de cessão de segurado para órgão ou entidade da administração direta ou indireta da União, dos Estados ou Municípios, o desconto e o recolhimento das contribuições previdenciárias, do segurado e patronal, previstas no art. 58 desta Lei Complementar, serão de responsabilidade:

I – do órgão de origem, caso o pagamento da remuneração ou subsídio do segurado continuar a ser feito na origem; e

II – do órgão cessionário, caso a remuneração do segurado ocorrer à conta daquele.

§ 1º. No termo ou ato de cessão do segurado com ônus para o órgão cessionário será prevista a responsabilidade deste pelo desconto e recolhimento das contribuições

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

previdenciárias ao RPPS de São José, conforme disposto no art. 58 desta Lei Complementar.

§ 2º. O órgão cedente encaminhará à São José Previdência, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia do termo ou ato de cessão do segurado.

§ 3º. Caso o cessionário não efetue o repasse das contribuições à São José Previdência no prazo legal, caberá ao cedente efetuá-lo, cobrando do cessionário o reembolso de tais valores.

§ 4º. No caso de afastamento do segurado para exercer mandato eletivo, o desconto e o recolhimento das contribuições previdenciárias, do segurado e patronal, serão de responsabilidade do Poder no qual o segurado exercer o mandato eletivo.

Art. 60. Nas hipóteses de cessão ou afastamento do segurado, de que trata o § 3º do art. 18 desta Lei Complementar, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração de contribuição do cargo efetivo de que o segurado seja titular.

§ 2º. Na hipótese de alteração na remuneração ou no subsídio, a complementação do recolhimento da contribuição de que trata o *caput* ocorrerá no mês subsequente.

§ 3º. O poder ou órgão a que o segurado estiver vinculado remeterá à São José Previdência, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia do ato de afastamento ou licenciamento do cargo efetivo e de suas funções.

Art. 61. O servidor pertencente a outro ente da Federação, quando cedido a poder ou órgão do Município de São José, com ou sem ônus, permanecerá vinculado a seu regime de origem.

Art. 62. O desconto e o recolhimento das contribuições previdenciárias são de responsabilidade do poder ou órgão que efetuar o pagamento de suas respectivas folhas de pagamento.

§ 1º. O recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei Complementar deverá ser efetuado até a data em que ocorrer o crédito correspondente aos segurados.

§ 2º. É vedada a restituição de contribuições previdenciárias sem a anuência da São José Previdência.

Art. 63. As quantias recolhidas em atraso referentes a contribuições previdenciárias e demais débitos serão acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) do valor do débito, além de atualização monetária

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

de acordo com a variação do INPC ou pelo índice que vier a substituí-lo, ressalvada a hipótese de atraso na entrega do duodécimo.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 64. Até a data de entrada em vigor das normas referentes às aposentadorias e pensões, nos termos do art. 76 desta Lei Complementar, aplicam-se as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor no dia anterior à publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Parágrafo único. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores abrangidos pelo RPPS de São José, bem como de pensão aos seus dependentes, que, até as respectivas datas previstas no art. 76 desta Lei Complementar, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, inclusive em relação ao cálculo e ao reajustamento do benefício.

Art. 65. Sem prejuízo do previsto nesta Lei Complementar, aplicam-se supletivamente e subsidiariamente à presente Lei, naquilo que couber, as disposições da legislação federal que estabelece normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade na gestão dos regimes próprios de previdência social.

Art. 66. O Conselho de Administração da São José Previdência, previsto na Lei Complementar nº 05, de 03 de maio de 2002, passa a ser denominado *Conselho Deliberativo*.

Art. 67. O art. 7º da Lei Complementar nº 05, de 03 de maio de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "**Art. 7º.** O Conselho Deliberativo será integrado por 7 (sete) membros, dentre os servidores efetivos estáveis, ativos e inativos, detentores de escolaridade de nível superior, com reconhecidos conhecimentos, preferencialmente em uma das seguintes áreas: seguridade social, administração, economia, finanças, contabilidade ou direito, sendo:

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

I – 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes eleitos pelos servidores efetivos, ativos e inativos, dentre seus pares estáveis e detentores de escolaridade de nível superior, oriundos dos Poderes Legislativo e Executivo e suas autarquias e fundações públicas;
II – 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes indicados pelo Poder Executivo Municipal, dos quais um será designado presidente;
III – 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 1º. Os membros do Conselho Deliberativo terão mandato com duração de 4 (quatro) anos, admitida a recondução, limitada ao máximo de 2 (dois) mandatos consecutivos para o mesmo Conselho, como forma de assegurar sua renovação periódica.

§ 2º. Os representantes dos servidores serão escolhidos por meio de eleição, que será regulamentada por Decreto do Prefeito.

§ 3º. As indicações a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo serão feitas no prazo máximo de 15 (quinze dias) a contar da comunicação formalizada, pelo Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, quando houver a vacância da função.

§ 4º. Na hipótese de não atendimento aos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a escolha dos Conselheiros a que o mesmo se refere caberá ao Chefe do Poder Executivo.

§ 5º. Para se preservar o conhecimento acumulado, os mandatos dos membros do Conselho Deliberativo não devem ser coincidentes, permitindo que a renovação da composição ocorra de forma intercalada e não integral, sendo que os primeiros membros a serem renovados serão aqueles menos votados e os últimos integrantes da lista de indicados.

§ 6º. Os mandatos dos membros do Conselho Deliberativo não serão coincidentes, permitindo que a renovação da composição ocorra de forma intercalada e não integral, sendo a composição alterada de quatro em quatro anos, alternadamente, em 4 (quatro) e, posteriormente, 3 (três) membros." (NR)

Art. 68. O art. 12 da Lei Complementar nº 05, de 03 de maio de 2002, passa a vigorar com as seguintes modificações:

73A12594A10DE215F45C27FF359385/D

MENSAGEM Nº 069 /2021

"**Art. 12.** O Conselho Fiscal será integrado por 7 (sete) membros, dentre os servidores efetivos estáveis, ativos e inativos, detentores de escolaridade de nível superior, sendo:

I – 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes eleitos pelos servidores efetivos, ativos e inativos, dentre seus pares estáveis e detentores de escolaridade de nível superior, oriundos dos Poderes Legislativo e Executivo e suas autarquias e fundações públicas;
II – 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes indicados pelo Poder Executivo Municipal, dos quais um será designado presidente;
III – 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente indicado pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 1º. Participará, como membro ouvinte, sem direito a voto, o ocupante do cargo de Contador-Geral do Município ou aquele que vier a substituí-lo, cuja atribuição seja arguir ponto de vista contábil e financeiro, de acordo com sua competência, bem como sugerir pautas de discussão.

§ 2º. O Presidente do Conselho Fiscal será eleito entre os seus membros efetivos, e exercerá o mandato por um ano, admitida uma reeleição para novo mandato consecutivo.

.....

§ 6º. As indicações a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo serão feitas no prazo máximo de 15 (quinze dias) a contar da comunicação formalizada, pelo Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, quando houver a vacância da função.

.....

§ 8º. Os membros do Conselho Fiscal terão mandato com duração de 4 (quatro) anos, admitida a recondução, limitada ao máximo de 2 (dois) mandatos consecutivos para o mesmo Conselho, como forma de assegurar sua renovação periódica.

§ 9º. Os mandatos dos membros do Conselho Fiscal não serão coincidentes, permitindo que a renovação da composição ocorra de forma intercalada e não integral, sendo a composição alterada de quatro em quatro anos, alternadamente, em 4 (quatro) e, posteriormente, 3 (três) membros.

§ 10. Os representantes dos servidores serão escolhidos por meio de eleição, que será regulamentada por Decreto do Prefeito.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC CEP 88.103-790
(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

73A12594A10DE215F45C27FF3593857D

MENSAGEM Nº 069 /2021

Art. 69. A fim de garantir a renovação intercalada prevista no § 6º do art. 7º e no § 9º do art. 12 da Lei Complementar nº 05, de 03 de maio de 2002, com a nova redação dada por esta Lei Complementar, a nova composição dos conselhos da São José Previdência, que se iniciará em julho de 2022, respeitará, excepcionalmente, as seguintes regras:

I - no Conselho Deliberativo, ficam prorrogados, em dois anos, os mandatos dos:

a) conselheiros titular e suplente que representam os servidores públicos ativos;

b) conselheiros titular e suplente que representam o Poder Legislativo;

c) conselheiros titular e suplente que representam o Poder Executivo que não exercem a presidência;

II - no Conselho Fiscal, ficam prorrogados, em dois anos, os mandatos dos:

a) conselheiros titular e suplente que representam os servidores inativos, que ocuparão uma das vagas de titular e suplente referidas no inciso I do artigo 12 da Lei Complementar nº 05, de 03 de maio de 2002, alterado por esta Lei Complementar;

b) conselheiros titular e suplente que representam o Poder Legislativo;

c) conselheiros titular e suplente que representam o Poder Executivo.

Parágrafo único. A prorrogação de mandatos ora prevista não se estenderá aos mandatos que sucederão os expressamente indicados neste artigo.

Art. 70. O inciso III do art. 6° da Lei Complementar n° 76/2017, de 26 de junho de 2017, com redação dada pela Lei Complementar n° 102/2020, de 11 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "**Art. 6º** .....
> .....
> III – Contribuição obrigatória dos segurados inativos e pensionistas do Plano Financeiro com alíquota de 14,00% (quatorze por cento) a incidir sobre a parcela dos proventos e pensões por morte que superarem 2 (dois) salários mínimos nacionais, a título de Custeio Normal do Segurado;
> ....."
> (NR)

Art. 71. O inciso III do art. 7° da Lei Complementar n° 76/2017, de 26 de junho de 2017, com redação dada pela Lei Complementar n° 102/2020, de 11 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "**Art. 7º** .....
> .....
> III – Contribuição obrigatória dos segurados inativos e pensionistas do Plano Previdenciário com alíquota de 14,00% (quatorze por cento) a

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

incidir sobre a parcela dos proventos e pensões por morte que superarem 2 (dois) salários mínimos nacionais, a título de Custeio Normal do Segurado;
....."
(NR)

Art. 72. O art. 211 da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 211.** O servidor municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, integrante dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídas suas autarquias e fundações públicas, será aposentado na forma disciplinada em lei complementar." (NR)

Art. 73. O inciso XXVIII do art. 2º da Lei Complementar nº 76, de 26 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º.** .....
.....
XXVIII – Remuneração de contribuição: corresponde à remuneração dos segurados ativos, composta pelas parcelas que, na forma da lei, devam incidir contribuição previdenciária, considerando ainda como tal a parcela dos proventos de aposentados e pensionistas que ultrapassem o limite estabelecido em lei;
....." (NR)

Art. 74. Ficam referendados:

I – o disposto nos §§ 1º, 1º-A, 1º-B e 1º-C do artigo 149 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

II – a revogação do § 21 do artigo 40 da Constituição Federal;

III - as revogações dos artigos 2º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Art. 75. Após a entrada em vigor de todos os dispositivos desta Lei Complementar, observado o seu art. 76, ficam revogadas as disposições em contrário e, em especial:

I – o § 3º do art. 119, o art. 123 e os art. 212 a 218 da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991;

73A12594A10DE215F45C27FF35938857D

MENSAGEM Nº 069 /2021

II – os arts. 123 a 132 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995;
III – os arts. 16 a 37, bem como os arts. 42 a 46, todos da Lei Complementar nº 05, de 03 de maio de 2002;
IV – o § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 19, de 12 de agosto de 2005;
V – os demais dispositivos da Lei Complementar nº 19, de 12 de agosto de 2005.

Art. 76. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvados:

I – o disposto nos arts. 30 , 31 , 36 , 37, 38 e o inciso III do art. 74, que produzirão efeitos a contar de 1º de janeiro de 2023;
II – o disposto nos arts. 28, 29, 32, 33, 34, 41, 42, 47, 48, 70, 71, 72, o inciso II do art. 74, o inciso IV do art. 75, que produzirão efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

Paço Municipal, em São José (SC), 05 de novembro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

SÃO JOSÉ PREFEITURA

Secretaria da Casa Civil

MENSAGEM Nº 069 /2021

Colenda Câmara Municipal de São José (SC),

Tenho a honra de submeter à apreciação e deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar que "**ALTERA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, ESTABELECE REGRAS DE TRANSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**"

Trata-se de Projeto de Lei Complementar que tem o objetivo de trazer novas disposições a respeito do regime previdenciário dos servidores efetivos municipais.

Atualmente são 510 (quinhentos e dez) aposentados e 69 (sessenta e nove) pensionistas que dependem diretamente do sistema previdenciário municipal; e 3.940 (três mil novecentos e quarenta) servidores contribuintes vinculados ao regime previdenciário da São José Previdência. Ocorre que há uma cobertura de insuficiência financeira no valor apurada na última avaliação atuarial, constante no Parecer 2021.11.01 – Impacto Atuarial – Reforma da Previdência, que integra a exposição de motivos e que motiva a Reforma da Previdência no Município de São José.

O projeto descende de indiscutível preocupação com o equilíbrio atual, tamanha a sua importância frente ao déficit existente, para que haja condições de cobertura financeira necessária para garantir a percepção dos benefícios previdenciários tanto dos aposentados e pensionistas atuais e como dos futuros.

A primeira inovação que merece destaque é a previsão de nova idade mínima para que o servidor possa se aposentar voluntariamente, sendo inicialmente a inserida na Lei Orgânica, a rigor da determinação do inciso III, do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019:

> Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
> [...]
> **III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante**

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC CEP 88.103-790
(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo. (grifos nossos)

O aumento das idades para a percepção dos proventos de aposentadoria, decorre de fato induvidoso que é o aumento da longevidade dos brasileiros, essa nova realidade contrasta diretamente com a expectativa de vida e o papel dos indivíduos no sistema econômico, engrenagem essa que compreende todos os trabalhadores, e por sua vez, os servidores públicos de todos as esferas e entes.

De acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida dos homens passou de 72,8 anos em 2018 para 73,1 anos em 2019 e a das mulheres foi de 79,9 anos para 80,1 anos. A expectativa de vida fornecida pelo estudo é um dos parâmetros para que seja determinado o fator previdenciário, no cálculo das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social[1].

É fato incontroverso que as novas idades para a percepção dos proventos de aposentadoria foram previstas na redação constitucional dada pela Emenda n.º 103/2019 para os servidores públicos federais. No âmbito estadual a Emenda n.º 82/2021 trouxe nova redação à Constituição do Estado de Santa Catarina, estabelecendo nova idade para a aposentadoria voluntária, bem como outras diretrizes gerais do regime e benefícios dos servidores estaduais.

Nesse sentido, é possível destacar que São José ocupa a 19ª posição nacional no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, estando na faixa de escala muito alta (pontuação 0,809), e dentro desse cenário é considerada a longevidade da sua população, estando entre as 40 (quarenta) cidades que proporcionam maior expectativa de vida, tendo uma pontuação de 0,799, portanto, acima do índice da média nacional, 0,765.[2]

[1] Disponível: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/ibge-esperanca-de-vida-do-brasileiro-aumentou-311-anos-desde-1940

[2] O que é o IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durantes duas décadas da história brasileira.

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

A luz dessa realidade e de uma nova perspectiva de vida, o momento exige arranjos previdenciários especialmente voltados à sustentabilidade financeira e atuarial da São José Previdência, instituída em 2002.[3]

Ressalta-se que, mesmo com as novas regras previdenciárias estima-se que em alguns anos próximos serão necessários aportes para dar cobertura financeira ao sistema de previdência social do município de modo a garantir da entrega das aposentadorias e pensões dos aposentados e pensionistas a ela vinculados.

O projeto dá ensejo a uma série de medidas que compreendem a Reforma Previdenciária no âmbito do Município de São José, e que inicialmente estabelece o mesmo parâmetro de idade mínima de idade mínima para aposentadoria voluntária e compulsória dos servidores do Regime Próprio da União e do Estado de Santa Catarina, além de municípios como Joinville, Criciúma, Jaraguá do Sul e Criciúma que adotaram o mesmo critério de idade mínima para a percepção dos proventos de aposentadoria.

Sobre a forma de cálculo, aplicando-se a Regra Geral que consiste em 60% da média simples, com acréscimo de 1% para cada ano completo de contribuição, até o limite de 100% para os novos servidores, mantendo-se 80% dos maiores salários de contribuição para quem ingressou em cargo público efetivo antes da publicação desta lei complementar.

Com efeito, os servidores que tenham contribuído por 35 anos poderão se aposentar recebendo 95% da respectiva média, sendo necessários 40 anos de efetiva contribuição para alcançarem 100% da média. Adotou-se nesse quesito o critério mais flexível, considerando que no âmbito federal para o servidor que tenha contribuído por 35 anos somente perceberá de 75% da sua média.

Nas aposentadorias concedidas por incapacidade permanente acrescentou-se a possibilidade delas se darem com base no rol de doenças que compreendem a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, e nesses casos, para fins de cálculo será considerado 100% da média, bem como para os que se acidentarem em serviço ou

---

A metodologia de cálculo do IDHM
O IDHM ajusta o IDH para a realidade dos municípios e reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em:
<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>

[3] Lei Complementar municipal 005/2002:
Art. 1º Fica criado, nos termos desta Lei Complementar, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de SÃO JOSÉ, constituído sob a forma de autarquia, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com personalidade jurídica de direito público, gozando de autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo Único - O regime Próprio de Previdência instituído por esta Lei Complementar denominar-se-á SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA.

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

MENSAGEM Nº 069 /2021

acometidos de doenças em decorrência do exercício do trabalho.

Nos demais casos será aplicada a regra geral que é a média simples para os novos servidores (60% somado 1% para cada ano completo de contribuição), ou 80% dos maiores salários de contribuição para os servidores que ingressaram em cargo público efetivo antes da publicação desta lei.

Ainda, foram trazidas novas regras de cálculos para o recebimento de pensões pelos beneficiários. Nas pensões aplicar-se-á a cota inicial de 60% somados a 10% por dependente. Em caso de falecimento do servidor ativo o cálculo terá por base no valor da aposentadoria; sendo o servidor inativo o cálculo aplicado considerará como se aposentado estivesse por incapacidade permanente decorrente do trabalho (100% da média simples).

Frisa-se que a pensão somente será vitalícia para os cônjuges ou companheiros quando possuírem 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade, e ainda que estiveram em união estável ou contraído casamento há mais de 2 (dois) anos, aos demais será aplicado tempo específico para a percepção do benefício.

A redação traz inovações ao regime previdenciário relacionado à possibilidade de serem instituídas aposentadorias especiais, tanto para Pessoas com Deficiência (grau leve, médio e grave), como para os servidores cuja atividade os exponha a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.

No primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação desta lei, os servidores inativos e pensionistas, que receberem acima de 02 (dois) salários mínimos vigentes, passarão a contribuir com o regime previdenciário municipal no importe da alíquota fixada em 14%, igualmente à contribuição dos servidores ativos.

Quanto ao Conselho de Administração da São José Previdência este passa a ser denominado Conselho Deliberativo prevista a alteração na sua composição, em conformidade com a Lei Complementar n.º 109/2001, e norma da Portaria do Ministério da Previdência Social n.º 185/2015.

Retirou-se o Abono de Permanência, respeitado o direito adquirido aos servidores que preencherem os requisitos para o seu recebimento até a data da publicação desta lei.

Importantíssimo mencionar que, a lei cuidou de estabelecer regras de transição para os servidores atuais, com regramento diferenciado para os professores, bem como previu período adicional de contribuição correspondente de apenas 50% do tempo que faltaria o tempo de contribuição exigido (pedágio).

73A12594A10DE215F45C27FF35938570

SÃO JOSÉ PREFEITURA

Secretaria da Casa Civil

MENSAGEM Nº 069 /2021

Foram previstos prazos distintos para que as normas entrem em vigor, considerando que as inovações impactam diretamente na necessidade de adequações administrativas, especialmente junto à São José Previdência. Inclusive, quanto a contribuição dos inativos, foi respeitado o prazo nonagesimal aplicável a instituição de contribuições, enquanto se constituem espécie tributária (art. 150, III, c, CF).

Diante disso, sem mais delongas, julgam-se serem estas as informações necessárias e suficientes para que Vossas Excelências possam deliberam sobre o referido Projeto de Lei, reitero votos de estima e apreço a todos os Edis dessa Casa Legislativa.

Paço Municipal, em São José (SC), 05 de novembro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

73A12594A10DE215F45C27FF35838570

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José SC CEP 88.103-790
(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

LUMENS
ATUARIAL

Canoas (RS), 04 de novembro de 2021.

Senhora

Vera Andrade

Presidente – SJPREV

São José – SC

Ref.: Parecer 2021.11.01 – Impacto Atuarial – Reforma da Previdência

Prezada Senhora,

Versa o presente parecer acerca da consulta formulada pela **Autarquia São José Previdência – SJPREV,** solicitando que fosse discriminado o impacto decorrente da aprovação da reforma da previdência local, nos moldes do Projeto de Lei Complementar a ser enviado à Casa Legislativa municipal, que absorve grande parte das regras previstas pela Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, com a alteração das regras de aposentadoria permanentes e de transição, pensão por morte e redução da imunidade contributiva sobre os benefícios para dois salários-mínimos (SM) nacionais.

Conforme restou apurado no Relatório de Avaliação Atuarial 2021 do SJPREV, para o **Fundo em Repartição**, cujos servidores ingressaram no Município até a data de 31/12/2007, a cobertura de insuficiência financeira apurada foi de R$ 2.113.675.677,34, enquanto que esse valor passaria para o montante de R$ 1.801.484.162,40 após a modificação a ser proposta pela Reforma da Previdência municipal, representando uma diferença a menor, a título de gastos previdenciários futuros, a serem despendidos pelo erário, equivalente a **R$ 312.191.514,94**.

TABELA 1. RESULTADOS – FUNDO EM REPARTIÇÃO – TAXA DE JUROS DE 0%

Resultados	Cenário Oficial	Cenário Reforma
Ativos Garantidores dos Compromissos (1)	**R$ 24.930.771,17**	**R$ 24.930.771,17**
Aplicações e Recursos - DAIR	R$ 20.647.612,59	R$ 20.647.612,59
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R$ 4.283.158,58	R$ 4.283.158,58
Provisão Matemática (2 = 3 + 4)	**R$ 24.930.771,17**	**R$ 24.930.771,17**
Benefícios Concedidos (3)	**R$ 24.930.771,17**	**R$ 24.930.771,17**
Cobertura de Insuficiência Financeira (-) *	**R$ 606.397.116,34**	**R$ 555.170.261,59**
Benefícios a Conceder (4)	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Cobertura de Insuficiência Financeira (-) *	**R$ 1.507.278.561,00**	**R$ 1.246.313.900,81**
*** Aporte Complementar do Ente para Cobertura de Insuficiência Financeira**	**R$ 2.113.675.677,34**	**R$ 1.801.484.162,40**
Diferença		**R$ 312.191.514,94**

760F8F2B97AA48F28C4AEE4D6044BE7D

lumensatuarial

TABELA 3. RESULTADOS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

Resultados	Cenário Oficial	Cenário Reforma
Ativos Garantidores dos Compromissos (1)	**R$ 445.180.487,99**	**R$ 445.180.487,99**
Aplicações e Recursos - DAIR	R$ 445.180.487,99	R$ 445.180.487,99
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R$ 0,00	R$ 0,00
Provisão Matemática (2 = 3 + 4 - 5)	**R$ 269.679.744,24**	**R$ 22.982.873,92**
Benefícios Concedidos (3)	**R$ 21.454.547,29**	**R$ 20.422.160,07**
Benefícios a Conceder (4)	**R$ 248.225.196,95**	**R$ 2.560.713,85**
Plano de Amortização Vigente (5)	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)	**+R$ 175.500.743,75**	**+R$ 422.197.614,07**
Diferença		**+R$ 246.696.870,32**

Conclusivamente, sob o aspecto atuarial, o impacto global verificado após a proposição da reforma da previdência municipal será de uma redução no passivo atuarial equivalente a R$ 558.888.385,26, que será percebida no transcorrer dos anos futuros, uma que vez que haverá uma maior restrição de acesso aos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, em razão da alteração das elegibilidades, basicamente.

TABELA 4. RESULTADO ATUARIAL GLOBAL

Resultados	Fundo em Repartição	Fundo em Capitalização
Diferença	**R$ 312.191.514,94**	**R$ 246.696.870,32**
Total	**R$ 558.888.385,26**	

Sendo o que tínhamos para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Guilherme Walter
Atuário MIBA nº 2.091
Lumens Atuarial

760F8F2B97AA48F28C4AEE40B0448E7D